

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

AMANDA MARIANA ALMEIDA RAMOS

**A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTO: UMA ANÁLISE DOS INDICADORES
DESTA MODALIDADE DE ENSINO EM NÍVEL NACIONAL E ESTADUAL**

**Belo Horizonte
2023**

Amanda Mariana Almeida Ramos

**A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTO: UMA ANÁLISE DOS INDICADORES
DESTA MODALIDADE DE ENSINO EM NÍVEL NACIONAL E ESTADUAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Especialização em Gestão
Pública, como requisito parcial para obtenção
do Certificado de Especialista.

Orientador: Professor (a) Me. Daniel
Francisco Bastos Monteiro

Belo Horizonte

2023

Ficha catalográfica

R175e
2023 Ramos, Amanda Mariana Almeida.
A educação de jovens e adulto [manuscrito]: uma análise dos indicadores desta modalidade de ensino em nível nacional e estadual / Amanda Mariana Almeida Ramos. – 2023.
43 f.:

Orientador: Daniel Francisco Bastos Monteiro.
Monografia (especialização) – Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração.
Inclui bibliografia.

1. Administração. 2. Gestão pública. I. Monteiro, Daniel Francisco Bastos. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração. III. Título.

CDD: 658

Elaborado por Rosilene Santos CRB-6/2527
Biblioteca da FACE/UFMG. – RSS/010/2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
CENTRO DE APOIO À EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - CAED
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

FOLHA DE APROVAÇÃO

NOME: **AMANDA MARIANA ALMEIDA RAMOS, Nº. DE REGISTRO: 2022705607**

TRABALHO FINAL: **“A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTO: UMA ANÁLISE DOS INDICADORES DESTA MODALIDADE DE ENSINO EM NÍVEL NACIONAL E ESTADUAL”.**

Trabalho de Conclusão da Especialização apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Pública, do Programa de Pós-graduação em Gestão Pública, da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

APROVADA em 28 de outubro de 2023, pela Banca Examinadora constituída pelos Membros:

Prof. Me. Daniel Francisco Bastos Monteiro (Orientador CEPEAD/FACE/UFMG)

Profa. Me. Letícia Drummond Rezende (Membro da Banca Examinadora CEPEAD/FACE/UFMG)

Profa.Me. Luana Martins Oliveira (Membro da Banca Examinadora CEPEAD/FACE/UFMG)



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Artur de Souza, Professor do Magistério Superior**, em 12/12/2023, às 18:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Letícia Drummond Rezende, Usuário Externo**, em 12/12/2023, às 19:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Francisco Bastos Monteiro, Usuário Externo**, em 12/12/2023, às 20:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luana Martins Oliveira, Usuária Externa**, em 13/12/2023, às 10:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2896211** e o código CRC **72D1C06D**.

Referência: Processo nº 23072.276932/2023-88

SEI nº 2896211

**A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTO: UMA ANÁLISE DOS INDICADORES
DESTA MODALIDADE DE ENSINO EM NÍVEL NACIONAL E ESTADUAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Pública,
Universidade Federal de Minas Gerais, para obtenção do Certificado de Especialista.

Orientador: Professor Daniel Francisco Bastos Monteiro

Banca examinadora

Professora. Letícia Drummond Rezende, Mestre em Ciências Técnicas Nucleares,
Universidade Federal de Minas Gerais.

Professora. Luana Martins Oliveira, Mestre em Administração Pública, Universidade Federal
de Minas Gerais.

Aprovado em Belo Horizonte, em 28 de outubro de 2023

RESUMO

O presente estudo é resultado de nossas pesquisas na área de aprofundamento da Educação de Jovens e Adultos. A temática foi baseada nesse público, de modo que apresentamos possibilidades que a Educação de Jovens e Adultos pode proporcionar ao enfrentamento da exclusão social. Os estudos sobre a relação entre a EJA e a exclusão, direcionando uma reflexão acerca dessa modalidade de ensino junto ao cenário brasileiro, observando as políticas públicas voltadas para essa área. O presente estudo tem como objetivo uma análise do histórico de indicadores relacionados aos modelos de ensino na educação de jovens e adultos em Minas Gerais e no Brasil. Realizamos uma revisão documental sobre os temas “Educação de Jovens e Adultos” e/ou “Estatísticas da EJA” e/ou “Dados da Educação Brasil” para entender qual o impacto que esses dados tiveram ao longo dos últimos anos. Vamos descobrir como a política educacional se reflete realmente nos números. A pesquisa documental fornece uma base teórica para a divulgação e discussão dos dados primários descobertos. Os dados publicados pelo IBGE e pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) foram examinados no site de cada órgão, analisando cronogramas, portarias, tabelas e resumos de dados, além de comunicados de imprensa e outras notícias veiculadas nessas páginas governamentais. Há uma discussão que demonstra alguns fatores que são determinantes para o sucesso ou o fracasso escolar sejam eles sociais e políticos. Ainda, apresenta reflexões sobre a importância da educação na formação social do indivíduo como cidadão atuante e crítico dos acontecimentos sociais, históricos e políticos. Destaca, ainda, alguns fatores que impactam na permanência e na evasão dos alunos na EJA, tendo como referência a questão das políticas públicas de educação no país, o alto índice de analfabetismo e a importância da participação de educadores diante do grande desafio que é o ensino de jovens e adultos trabalhadores. Assim, a modalidade serve como fundamento educacional muito importante para o contexto social, inserindo as pessoas na sociedade de forma ampla, pois representa uma fonte de inclusão para tais pessoas ao reconstruir oportunidades, levando em conta os diversos fatores na sociedade que os levaram a abandonar seus estudos, mas fazendo-os retornar à escola. As técnicas e análises de dados utilizadas neste trabalho foram interpretativas e tiveram como objetivo organizar e resumir os dados de forma que forneçam respostas às questões propostas para o estudo. A referida pesquisa propõe refletir que a EJA apresenta características, problemas e métodos únicos que podem não apenas ser

visibilizados, mas também estimular práticas educativas e estratégias de gestão em todo o sistema educacional.

Palavras-chave: Educação. Jovens. Adultos. Sociais.

ABSTRACT

The present study is the result of our research in the area of deepening Youth and Adult Education. The theme was based on this audience, so that we present possibilities that Youth and Adult Education can provide to face social exclusion. The studies on the relationship between EJA and exclusion, directing a reflection on this modality of education in the Brazilian scenario, observing the public policies aimed at this area. The present study aims to analyze the history of indicators related to teaching models in youth and adult education in Minas Gerais and Brazil. We conducted a document review on the topics "Youth and Adult Education" and/or "EJA Statistics" and/or "Education Data Brazil" to understand the impact that these data have had over the last few years. Let's find out how education policy is really reflected in the numbers.

Keywords: Education. Young people. Adults. Social.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 REVISÃO DA LITERATURA	10
3 PERCURSO METODOLÓGICO	24
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	25
5 PLANO DE INTERVENÇÃO.....	35
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS	41

1 INTRODUÇÃO

Segundo Aquino (2021), a educação escolar é um direito humano garantido na Constituição Federal (Brasil, 1988) e reafirmado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 1996), reconhecendo como dever do Estado a oferta de educação para todas as pessoas, inclusive àquelas que não tiveram condições de acesso e permanência na idade apropriada. Porém, esse reconhecimento jurídico-legal não se deu de modo natural.

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino direcionado para indivíduos que não tiveram acesso ou não concluíram os estudos na idade adequada. Essa modalidade educacional visa promover a igualdade de oportunidades, garantindo o direito à educação a todas as pessoas, independentemente da sua faixa etária (MEC, 2017). A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), por sua vez, é um documento que estabelece os objetivos de aprendizagem para todas as etapas da educação básica no Brasil (Dourado; Rocha; Morais, 2017).

A história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil não é muito antiga, embora tenha iniciado no período do Brasil Colônia, entretanto as iniciativas governamentais no oferecimento desta modalidade são muito recentes (Perehouskey; Dias; Barros, 2013). Assim, a única referência para a população na idade adulta era de educação para a doutrinação religiosa, onde tinha um caráter muito mais religioso que educacional. Ainda nessa época, a educação no Brasil era tratada com descaso por parte de seus dirigentes, por não ser responsável pela produtividade (Perehouskey; Dias; Barros, 2013).

. A partir do ano de 1945, com o fim da Ditadura de Getúlio Vargas, o país esperava a redemocratização. Era urgente a necessidade de aumentar as bases eleitorais para a sustentação do governo central, integrar as massas populacionais de imigração recente e, sobretudo, incrementar a produção. Para tanto, era necessário oferecer instrução mínima à população.

Já em 1947, foi lançado um projeto nacional chamado Campanha de Educação de Adultos, idealizado por Lourenço Filho, inspirado no método Laubach, que se fundamentava nos estudos de psicologia experimental realizados nos Estados Unidos nas décadas de 1920 e 1930. Conforme Moura (2006), a década de 40 pode ser considerada um ótimo período para a Educação de Jovens e Adultos, pois sucederam no campo político e pedagógico, inúmeras iniciativas para a educação nessa área, como a regulamentação do Fundo Nacional do Ensino Primário – FNEP; a criação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP; o surgimento de obras específico ao Ensino Supletivo; lançamento da CEAA – Campanha de

Educação de Adolescentes e Adultos; 1o Congresso Nacional de Educação de Adultos em 1947 e Seminário Interamericano de Educação de Adultos de 1949.

Ainda nessa década, percebe-se que o analfabetismo era visto como um dos fatores responsáveis por impedir o desenvolvimento econômico e por isso deveria ser combatido a todo custo, a solução estaria na aposta das campanhas de erradicação. O processo de urbanização e industrialização exigia a ampliação da Educação para Adolescentes e Adultos. Nesse momento, interesses de ordem econômica aliados a uma política nacional de desenvolvimento levam o país a se preocupar com a EJA. Nesse sentido, busca-se responder a seguinte questão: “Como a modalidade de Ensino de Jovens e Adultos influencia a base curricular da educação e as políticas públicas do país?”

Assim, justifica-se a realização dessa pesquisa, pois, precisa haver maior preocupação com relação à educação de adultos, já que estes possuem muita experiência de vida e um significativo conhecimento acumulado no decorrer do tempo. No momento atual, o governo desenvolve diversos programas de incentivo a alfabetização e educação de jovens e adultos. Porém não é o suficiente para atingir o amplo objetivo que essa modalidade de ensino se propõe. Tal princípio, levando em consideração os pilares da educação, aprender a ser, a conhecer, a fazer e a conviver.

Dessa forma, essa pesquisa tem como objetivo geral: Analisar o histórico dos indicadores relacionados à modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos em Minas Gerais e no Brasil.

- Também, foram delineados os seguintes objetivos específicos:
- Conceituar os princípios pedagógicos da modalidade de ensino na Educação de Jovens e Adultos;
- Identificar os indicadores relacionados ao EJA;
- Abordar os dados sobre a evolução do EJA no Brasil e em Minas Gerais diante das políticas públicas;
- Salientar a realidade dos alunos da EJA e como deve-se aplicar a metodologia dos docentes.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Caracterizando a Educação de Jovens e Adultos

De acordo com Bispo *et al.* (2021), a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino que se caracteriza por proporcionar educação tanto nos contextos formais, escolares, como nos não escolares. Ela se baseia na igualdade de oportunidades de acesso e permanência na escola, na diversidade de ideias e abordagens pedagógicas, na garantia de padrões de qualidade, no reconhecimento da experiência extraescolar e na conexão entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. Esses princípios têm impulsionado o início de propostas na área da EJA.

A EJA é um ambiente privilegiado para a convivência de valores, reunindo pessoas de diferentes faixas etárias, origens étnicas, religiosas, encorajadoras e culturais. Essa diversidade, ao invés de ser vista como um obstáculo, pode ser encarada como uma oportunidade para a construção de conhecimento escolar e para a criação de espaços sociais mais justos (Neres; Gonçalves; Araújo, 2020). Essa perspectiva está influenciada com as ideias de Paulo Freire, que defendeu a alfabetização de adultos e uma concepção emancipatória e libertadora da educação, rejeitando abordagens "bancárias" que tratam os alunos como meros receptores de informações (Marquez; Godoy, 2020).

O artigo 37 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabelece diretrizes importantes para a EJA no Brasil. Segundo Rocha (2023), essa modalidade educacional é destinada às pessoas que não tiveram a oportunidade de concluir sua formação escolar na idade apropriada, seja devido a responsabilidades familiares ou à falta de acesso à escola. Portanto, a EJA deve ser adaptada para integrar a educação às realidades e necessidades dos alunos, especialmente em relação ao trabalho, buscando diferentes abordagens pedagógicas por parte dos professores e diferentes formas de aprendizagem pelos alunos.

Segundo Marquez; Godoy (2020), a educação de jovens e adultos é complexa, indo além de ensinar a ler e escrever. O perfil dos alunos da EJA em sua maioria são trabalhadores e não trabalhadores em busca de melhores condições de vida, melhora na autoestima, e que buscam vencer as barreiras da exclusão provocadas por um sistema educacional excludente.

O público atendido pela EJA é de pessoas que na idade regular não puderam estudar, ou por não sentirem-se atraídos pelo conteúdo escolar acabaram deixando a escola. Isto acaba gerando uma exclusão dos indivíduos analfabetos dentro da sociedade e da própria escola. Muitos são os problemas que dificultam o ingresso de pessoas no ensino na idade regular, alguns destes problemas são: gravidez precoce, drogas, desinteresse, condições financeiras. (Pedroso, 2010 p. 20).

Em geral o público atendido pela EJA é de jovens e adultos com 15 anos ou mais, que por algum motivo não tiveram a oportunidade de concluir os estudos na idade certa ou desistiram de estudar abandonando a escola. Para se entender esta modalidade educativa e o fenômeno do abandono será apresentada de forma sucinta, uma breve abordagem histórica da educação de jovens e adultos no Brasil. A EJA teve início no Brasil no período colonial, por volta de 1549, e nesta época a educação era uma tarefa que ficava nas mãos da igreja e não do Estado. Os jesuítas ensinavam os índios a ler e escrever, para que além de servirem a igreja pudessem realizar um trabalho manual (Pedroso, 2010).

A EJA desempenha um papel importante na inclusão social e educacional, oferecendo a oportunidade para que jovens e adultos adquiram os conhecimentos necessários para o seu desenvolvimento pessoal, profissional e cidadão, mesmo em idosos mais avançados (Rocha, 2023). No entanto, é importante destacar que o analfabetismo no Brasil está concentrado em regiões de pobreza, onde o acesso à educação e as condições para a permanência e o sucesso escolar são limitados (Bispo; Faria; Garcia, 2021).

Reconhecer as especificidades de cada grupo é fundamental para o desempenho dos estudantes na EJA, uma vez que cada etapa do desenvolvimento humano e cada situação de aprendizagem adaptam abordagens e conhecimentos pedagógicos específicos que garantem uma compreensão pessoal, afetiva e Lógico-matemática do objeto do conhecimento. Portanto, uma pedagogia que não atende à diversidade cultural e às necessidades de aprendizagem dos jovens e adultos trabalhadores compromete as orientações curriculares para a EJA (Dourados; Rocha; Morais, 2021).

Rodrigues e Moreira (2020) afirmam que os alunos da EJA, em sua maioria, vêm de classes sociais baixas. Muitos deles são rotulados como "alunos problemáticos" no ensino regular devido à repetência e à evasão escolar. De acordo com o Censo Escolar de 2022, 77,5% das pessoas matriculadas na EJA de nível fundamental e 69,3% na EJA de nível médio se autodeclararam como pretas ou pardas. Portanto, a EJA é resultado de um sistema educacional excludente (Ralia, 2023).

Quando os adultos retornam à escola, trazem consigo uma história de vida consolidada. A maioria deles sente grandes dificuldades e vê a educação como uma oportunidade para um futuro melhor (Rodrigues; Moreira, 2020). Nesse sentido, a heterogeneidade característica da EJA enriquece o espaço da diversidade social e cultural. Os alunos são sujeitos únicos que, por meio de suas histórias de vida, memórias e representações,

preenchem o cotidiano da EJA, e, por sua vez, asseguram que as escolas e outros espaços entendam e respeitem suas particularidades (Neres; Gonçalves; Araújo, 2020).

Apesar dos avanços, ainda existem muitos desafios a serem enfrentados na implementação da EJA, como a falta de recursos financeiros, a ausência de políticas públicas para a formação de professores e indícios sociais que muitas vezes afetam aqueles que buscam a EJA (Ralia, 2023).

Somente ao final desta década que a Educação de Jovens e Adultos passou a fazer parte de uma política nacional; preocupada com as tensões geradas no processo de urbanização e com a qualificação mínima de trabalhadores, promovia as condições necessárias ao bom andamento do projeto de desenvolvimento federal. A educação de jovens e adultos (EJA) propõe uma forma de alfabetizar quem não teve oportunidade de estudar na infância ou aqueles que por algum motivo tiveram de abandonar a escola. Pode-se afirmar ainda que esta modalidade contribuiu significativamente para efetivar o desenvolvimento de todas as pessoas, de todas as idades. Assim, propiciar esse processo é uma grande responsabilidade social e educacional.

Com relação ao conceito de política pública, segundo Rocha (2013), a política pública pode ser definida como o conjunto de ações, medidas e diretrizes adotadas pelo governo ou por instituições governamentais com o objetivo de enfrentar problemas sociais, médicos, ambientais ou políticos que criaram a sociedade como um todo ou grupos específicos dentro dela. Essas políticas visam abordar questões de interesse público e buscar soluções para problemas complexos (Rocha, 2013).

Ainda segundo o autor, as políticas públicas podem ser elaboradas em diferentes níveis de governo, como o federal, estadual ou municipal, e abrangem diversas áreas, como educação, saúde, segurança, meio ambiente, assistência social, entre outras. Essas ações podem ser tanto preventivas quanto corretivas e têm o propósito de promover o bem-estar social, o desenvolvimento econômico, a justiça social, a igualdade de oportunidades e a melhoria da qualidade de vida da população.

O fato de a pessoa, jovem ou adulto, procurar a escola para dar continuidade ou começar a estudar já demonstra uma mudança de ideias sobre sua posição na sociedade ou vislumbra na educação uma oportunidade de mudança no seu quadro financeiro e social. Para Freire (1992), a procura desse público à escola se deve ao fato de querer decodificar a leitura e a escrita, mas pontua que tal acontecimento termina despertando consequentemente o pensamento crítico. Dentro dessa perspectiva, a escola deve estar disposta a buscar estratégias

para o desenvolvimento do alunado em todas as áreas do conhecimento propostas por meio de aulas atraentes e diversificadas.

2.2 A EJA no Brasil

Conforme Moura (2003), a educação de jovens e adultos não é algo recente, vem desde o período colonial. A educação jesuítica no Brasil permaneceu até o ano de 1759, época em que estes foram expulsos do país, por Marquês de Pombal. Com a expulsão dos Jesuítas a EJA no Brasil sofreu uma grande ruptura, passando então a servir aos interesses do Estado e não mais da igreja.

Para Neres; Gonçalves; Araújo (2020), a expulsão dos jesuítas desorganizou o sistema de ensino até então existente. Somente no período imperial que a educação de jovens e adultos volta a ter novas iniciativas, através da abertura de escolas noturnas. Com a chegada do império busca-se uma reorganização da sociedade brasileira e para isso, entendia-se que fosse necessário que a educação atingisse a toda população, porém não eram todos que tinham o direito de frequentar as escolas, como se percebe nos artigos 4º e 5º do decreto 7.031 de 6 de setembro de 1878.

Art. 4º Os cursos noturnos das escolas urbanas começarão a funcionar desde já. Os das escolas suburbanas serão abertos quando o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império determinar, tendo em consideração as circunstâncias locais.
Art. 5º Nos cursos noturnos poderão matricular-se, em qualquer tempo, todas as pessoas do sexo masculino, livres ou libertos, maiores de 14 anos. As matrículas serão feitas pelos Professores dos cursos em vista de guias passadas pelos respectivos Delegados, os quase farão nelas as declarações da naturalidade, filiação, idade, profissão e residência dos matriculados. (Brasil, 1878).

Em conformidade com Moura (2003), o principal ponto a se destacar no que diz respeito à educação de adultos no império foi à construção de escolas noturnas para aqueles que eram analfabetos, homens, maiores de 14 anos e livres, estes vistos como dependentes e incompetentes. No ano de 1889 tem início no Brasil o período republicano que se inicia com a proclamação da república e perdura até hoje. A educação de adultos começa a consolidar-se no sistema público de ensino a partir da década de 30, período em que a sociedade passa por transformações e processo de industrialização, o que alavanca o ensino para jovens e adultos, conforme citação abaixo:

A educação básica de adultos começou a delimitar seu lugar na história da educação no Brasil a partir da década de 30, quando finalmente começa a se consolidar um sistema público de educação elementar no país. Neste período, a sociedade brasileira passava por grandes transformações, associadas ao processo de industrialização e concentração populacional em centros urbanos. A oferta de ensino básico gratuito estendia-se consideravelmente, acolhendo setores sociais cada vez mais diversos. (Proposta curricular, 1997, p. 30).

Segundo Dourados; Rocha; Morais (2021), foi nesse contexto de transformação social que a educação de adultos ganhou força para atender às necessidades do processo de industrialização, que não tinha a menor intenção de despertar a consciência crítica do sujeito. A constituição de 1934 estabelece o PNE que regulamenta como dever do Estado o ensino primário, integral e gratuito, inclusive para os adultos:

Parágrafo único - O plano nacional de educação constante de lei federal, nos termos dos art. 5º, nº XIV, e 39, nº 8, letras a e, só se poderá renovar em prazos determinados, e obedecerá às seguintes normas: a) ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória extensiva aos adultos. (Brasil, 1934).

Para Moura (2003), a década de 40 foi marcada por altos índices de analfabetismo no Brasil, o que fez com que o governo criasse um fundo destinado à alfabetização da população adulta. Cabe destacar que, a política educacional desta época tinha dois objetivos principais: formar mão de obra para atender ao mercado de trabalho e formar eleitores, tendo em vista que analfabetos na época não votavam. Dessa forma, foi criada a campanha nacional de educação de adolescentes e adultos.

A Base Nacional Comum Curricular é um documento essencial no contexto educacional do Brasil, pois estabelece os direitos e objetivos de aprendizagem que todos os estudantes da Educação Básica devem desenvolver ao longo de sua trajetória escolar. Para entender melhor a história da BNCC, é importante considerar suas principais referências e marcos históricos.

As reflexões sobre a necessidade de uma base curricular nacional no país remontam à década de 1990, quando esperavam surgir os primeiros debates sobre a qualidade da educação brasileira. A ideia de estabelecer um conjunto comum de conhecimentos e competências a serem alcançados pelos estudantes foi se fortalecendo ao longo dos anos e ganhou força com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996. Um marco importante para o desenvolvimento da BNCC foi a criação do Plano Nacional de Educação (PNE), em 2001, que estabeleceu metas e diretrizes para a educação brasileira. O PNE desencadeou a necessidade de uma base curricular comum como forma de assegurar a equidade e a qualidade da educação em todo o país (DOURADO; ROCHA; MORAIS ET AL., 2021).

Em 2014, o Ministério da Educação (MEC) iniciou um processo de construção coletiva da BNCC. Especialistas, professores, gestores educacionais e a sociedade civil foram envolvidos em um amplo debate sobre os conhecimentos, habilidades e competências essenciais que deveriam ser contemplados na base. Diversas audiências públicas, consultas e

encontros foram realizados para acomodar contribuições e promover a participação democrática nesse processo.

Essa comissão foi responsável por realizar estudos e análises de diversas propostas curriculares existentes no país e também em outros sistemas educacionais ao redor do mundo. O objetivo era identificar as melhores práticas e referências internacionais, levando em consideração as demandas e peculiaridades da educação brasileira. Após esta etapa inicial, foram promovidos debates e audiências públicas para garantir a participação de diferentes atores sociais, como professores, gestores escolares, investigadores, estudantes e representantes de organizações da sociedade civil. Essa ampla consulta pública teve como propósito reunir contribuições e sugestões para a construção da BNCC (MEC, 2017).

Após uma intensa discussão e análise de diferentes propostas, a BNCC foi finalmente homologada em 2017, por meio da Resolução CNE/CP nº 2/2017. Esse documento estabeleceu os direitos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, definindo o que os alunos devem aprender em cada etapa escolar.

Uma das principais características da BNCC é sua abordagem por competências, ou seja, enfatizar não apenas o domínio de conteúdos específicos, mas também o desenvolvimento de habilidades e atitudes necessárias para uma formação integral dos alunos. Além disso, a base busca promover a equidade educacional, garantindo que todos os alunos, independentemente de sua origem, tenham acesso a uma educação de qualidade (MEC, 2017).

É importante ressaltar que a implementação da BNCC é um processo contínuo, que demanda ações articuladas entre os diferentes níveis de governo, escolas, professores e demais atores envolvidos na educação. Desde sua homologação, a base tem sido objeto de debates e reflexão, visando sua efetivação nas práticas pedagógicas e aprimoramento constante.

Quando se fala em educação básica, pressupõe-se que o documento tratará igualmente do ensino para crianças, adolescentes, jovens e adultos. No entanto, é necessário investigar em que medida a BNCC contempla as especificidades da Educação de Jovens e Adultos. O estudo de Dourado et al. (2021) relata que no documento da BNCC, não são fornecidas diretrizes de trabalho específicas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), o que pode resultar em um risco de negação do direito à educação para todos. Esse cenário pode contribuir para o enfraquecimento dessa modalidade educacional e, conseqüentemente, ampliar os índices de analfabetismo no Brasil. Apesar de encontrar opiniões como esta, a literatura a respeito da EJA na BNCC ainda é escassa, suscitando algumas questões a serem analisadas.

2.3 A pedagogia na EJA

Segundo Pedralli (2013), todos os estudos realizados, ainda hoje, a alfabetização tem sido considerada por muitos como o processo de aquisição do código alfabético, em que a escrita representa a transcrição dos sons em fonemas. Esta concepção de alfabetização supõe que o aluno não possui qualquer conhecimento e, por isso, apenas recebe as informações transmitidas pelo professor que é quem detém o conhecimento, algo estático e imutável.

De acordo com Pereira (2011), a alfabetização não pode se fazer de cima para baixo, nem de fora para dentro, como uma doação ou uma exposição, mas de dentro para fora pelo próprio analfabeto, sendo ajustada pelo educador. Esta é a razão pela qual procurasse, cada vez mais, inovar os métodos e intensificar a ideia de que o sujeito da aprendizagem é o aluno. Por essa razão, não acredita-se nas cartilhas que pretendem fazer uma montagem de sinalização gráfica como uma doação e que reduzem o analfabeto mais à condição de objeto de alfabetização do que de sujeito da mesma.

Na visão de Aquino (2014), a necessidade de considerar o aluno como sujeito da própria alfabetização, o qual interage com o objeto - a linguagem escrita - e passa a compreendê-la através de sua ação sobre ela. O adulto não é apenas um espectador que ouve o que os outros têm a dizer. Ele participa efetivamente no processo de construção do conhecimento.

O autor ainda ressalta que, a Educação de Jovens e Adultos deve ser sempre uma educação multicultural, uma educação que desenvolva o conhecimento e a integração na diversidade cultural, livre de qualquer tipo de preconceito e buscando sempre uma educação de qualidade. Essa reflexão leva a buscar novas metodologias, adequadas à realidade do educando, não seguindo a padronização da cartilha que reduz o aprendizado a símbolos pré-determinados e que não condizem com o contexto: as cartilhas não consideram a peculiar lógica do desenvolvimento cognitivo do aluno, apoiando-se tão-somente na lógica do sistema de escrita de ensinar.

Para Lemes (2013), a Educação de Jovens e Adultos, especialmente no Brasil, é permeada por uma ação de trabalho inspirada no método Paulo Freire. O foco principal do pensamento pedagógico de Paulo Freire é a alfabetização de adultos. Esta, entendida enquanto desenvolvimento da capacidade crítica de compreender sua realidade, elaborar sua identidade e adquirir conhecimentos necessários à sua intervenção transformadora. Trata-se de um processo que visa a formação de pessoas, por meio do diálogo, em torno de símbolos e significados da vida cotidiana, tornando-se conscientes da história que vivem e fazendo-se sujeitos dela.

Segundo Catelli (2013), a alfabetização e a educação de adultos deveriam partir sempre de um exame crítico da realidade existencial dos educandos, da identificação das origens de seus problemas e das possibilidades de superá-los. Dessa forma, a educação que lhe propiciasse a reflexão sobre seu próprio poder de refletir e que tivesse sua instrumentalidade, por isso mesmo, no desenvolvimento desse poder, na explicitação de suas potencialidades, de que decorreria sua capacidade de opção.

O autor ainda coloca que, o educando como sujeito de sua aprendizagem, Freire propunha uma ação educativa que não negasse sua cultura. Mas que fosse transformando através do diálogo, questionando e criticando a educação chamada por ele de bancária trabalhada na época. Ele referia-se a uma consciência ingênua ou intransitiva. A qual seria herdada de uma sociedade fechada, agrária e oligárquica, que deveria ser transformada em consciência crítica, necessária ao engajamento ativo no desenvolvimento político e econômico da nação.

Para Paulo Freire:

(...) ensinar não se esgota no “tratamento” do objeto ou do conteúdo, superficialmente feito, mas se alonga à produção das condições em que aprender criticamente é possível. E essas condições implicam ou exigem a presença de educadores e de educandos criadores, instigadores, inquietos, rigorosamente curiosos, humildes e persistentes. (...) nas condições de verdadeira aprendizagem os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo. Só assim podemos falar realmente do saber ensinado, em que o objeto ensinado é apreendido na sua razão de ser e, portanto, apreendido pelos educandos. (Freire, 2004, p. 26).

De acordo com Dourado (2013), dos argumentos e propostas de Paulo Freire, acerca da educação principalmente dos jovens e adultos, o papel do educador é fundamental para uma educação realmente de qualidade e que respeite as singularidades desta modalidade. Tem o papel de mediar a aprendizagem, valorizando todo o conhecimento de mundo que o educando já possui e incentivando-o a transpor esse conhecimento para o "conhecimento letrado".

O autor ainda aponta que, o que existe de mais atual e inovador nas ideias de Freire, é a relação entre a construção dos processos de aprendizagem da leitura e da escrita e o processo de politização. O alfabetizando é desafiado a refletir sobre o seu papel enquanto aprende a escrever a palavra sociedade; é desafiado a repensar sua história enquanto aprende a escrever a palavra história. Essa reflexão tem por objetivo promover a superação da consciência mágica – para a consciência crítica.

Conforme Pedroso (2010), é muito importante, também, garantir que o educando da EJA tenha uma educação de qualidade, que respeite questões referentes à sua faixa etária,

cultura, escolarização, realidade social, enfim, nas expectativas observadas e nas representações de mundo que trazem de suas vivências. Afinal todo esse universo de informações vai constituir o perfil dos alunos, seus conhecimentos prévios, suas expectativas, tornando-se um dos materiais fundamentais para que a equipe de professores possa planejar sua ação. É muito importante que o professor esteja atento à utilização dos dados que demonstrem os interesses dos alunos, para desenvolver suas atividades de forma mais significativa.

Para Brandão (2010), uma das reais necessidades dos educandos, é que o currículo deve ser organizado, bem como, os assuntos a serem trabalhados, definidos, e o material didático organizado. Aos que constroem juntos o mundo humano (trabalhadores), compete assumir a responsabilidade de dar-lhe direção. Dizer a sua palavra equivale a assumir conscientemente, como trabalhador, a função de sujeito de sua história, em colaboração com os demais trabalhadores.

2.4 A EJA na Base Nacional Comum Curricular

Embora a EJA faça parte da educação básica e dependa de uma matriz curricular, sua presença na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é bastante limitada. Na primeira versão preliminar da BNCC, não houve menção alguma à EJA, e o Ministério da Educação (MEC) justificou essa omissão afirmando que os conteúdos foram elaborados para todos os estudantes, em todos os níveis. No entanto, considerando as particularidades dessa modalidade e a diversidade dos alunos da EJA, esperava-se que houvesse pelo menos alguma reflexão sobre essas questões (Marquez; Godoy, 2020).

Na segunda versão da BNCC, a única alteração feita no documento na tentativa de incluir a EJA foi adicionar a expressão "jovens e adultos" à frase "crianças e adolescentes". Essa mudança agravou o problema, pois acabou homogeneizando o currículo e ignorando completamente as características específicas dessa modalidade. Na terceira e última versão do documento, publicada em 2017, a falta de atenção para com a EJA é evidente, já que não há orientações específicas para o desenvolvimento do currículo (Marquez; Godoy, 2020). Alguns autores afirmam que uma das razões para essa invisibilidade da EJA na BNCC é a influência da iniciativa privada em sua elaboração (Marquez; Godoy, 2020).

A modalidade da EJA é uma conquista social da sociedade civil, que enfrenta desafios impostos pela política educacional neoliberal aceita pelo MEC e que tem gerado fortes expressões de exclusão social nos últimos cinco anos. Essa exclusão se reflete na BNCC, que a ignora por completo (Dourado; Rocha; Morais, 2021). A ausência da EJA na BNCC afetou

profundamente essa modalidade, pois em todo o país ela fica à mercê dos critérios de cada município e estado para decidir se continuar existindo ou não. Além disso, oferece um currículo que não dialoga com as especificidades e o contexto sociocultural da EJA vai contra o ensinamento de Paulo Freire (Dourado; Rocha; Morais, 2021).

2.5 Políticas Públicas para a Educação de Jovens e Adultos

As políticas públicas são programas e ações administradas pelo Estado com o objetivo de atender às necessidades coletivas da população. Seu propósito é promover o bem-estar social e garantir o acesso aos direitos fundamentais na Constituição, incluindo a educação, especialmente a educação de jovens e adultos como política pública. Ao implementar políticas públicas de forma adequada e acompanhá-las de perto, o Estado busca fornecer a todos os indivíduos meios para usufruir de direitos básicos e condições de vida melhores. Desse modo, essas políticas também podem contribuir para a promoção da igualdade de oportunidades, redução de desigualdades sociais e intolerância, bem como garantia da proteção dos direitos fundamentais (Ralia, 2023).

Ao longo da história, a Educação de Jovens e Adultos tem sido marcada pela ausência de políticas públicas que garantam os direitos de seus participantes. Esses indivíduos enfrentam negação de acesso à educação escolar devido a diversos fatores sociais e políticos (Dourado; Rocha; Morais, 2021). Uma possível explicação para isso é que, diferentemente do que é feito, apenas oferecer educação básica aos jovens e adultos não é suficiente. É necessário garantir qualidade social e sustentabilidade socioambiental, o que implica em uma educação inclusiva e de qualidade, que combate qualquer forma de exclusão baseada em idade, gênero, etnia, condição de imigrante, língua, religião, ruralidade, identidade ou diversidade sexual, pobreza, deslocamento ou encarceramento (Neres; Gonçalves; Araújo, 2020).

Para solucionar essa questão, as políticas públicas devem levar em consideração as demandas da sociedade, buscando respondê-las e promover maior participação e conscientização da comunidade. Nem todas as políticas governamentais ou estatais são necessariamente públicas, uma vez que a qualidade de "públicas" depende de quem serão os beneficiários e se o processo de elaboração é subordinado ao debate público (Bispo; Faria; Garcia, 2020).

Conforme apontado por Bispo et al. (2021), a EJA pode seguir ainda mais como política pública quando a participação popular desempenha um papel central na formulação e implementação de planos, programas ou projetos, além de avaliá-los. Cumprir e garantir o

cumprimento das políticas públicas de EJA é um dever de todos os cidadãos, colaborando com iniciativas e lutas em prol do bem coletivo. A cidadania se estabelece por meio da presença ativa, crítica e determinada de todos em relação aos assuntos públicos.

A participação popular direcionando as políticas de EJA pode ser triunfal, uma vez que, mesmo com os avanços alcançados, ainda há muitos desafios a serem enfrentados na efetiva implementação da EJA, como a falta de recursos financeiros, a ausência de políticas públicas para a formação de professores e detectam social que muitas vezes afeta as pessoas que buscam a EJA (Ralia, 2023).

A Constituição Federal de 1988 estendeu o direito de ensino aos cidadãos de todas as faixas etárias, estabelecendo ao Estado a necessidade de ampliação de oportunidades educacionais para aqueles que, devido à idade, não têm mais acesso à escolarização regular:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria. VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando (Brasil, 1988).

Conforme Pedralli (2013), a Constituição Federal ao abordar o dever do estado para com a Educação coloca um grande desafio aos educadores de interpretar e criar políticas para incluir os Jovens e Adultos na educação. Importante ressaltar que a EJA é uma modalidade de ensino que exige flexibilidade e para tanto é preciso levar em consideração as condições de vida do aluno/trabalhador, seu trabalho e seus interesses que muitas vezes está estudando novamente para conseguir um trabalho melhor.

Daí também a importância de se articular a educação de jovens e adultos ao ensino profissionalizante, pois é mais um caminho que estes adultos podem seguir essa articulação entre EJA e educação profissional também está em lei no parágrafo 3º do artigo 37 da LDB, quando afirma que “a educação de jovens e adultos deverá articular-se preferencialmente, com a educação profissional”, ajudando assim na ascensão profissional destas pessoas que concluem a educação básica tardiamente (Aquino, 2014).

Na visão de Brandão (2010), a Lei de diretrizes e bases da educação nacional (lei 9.394/96) vem fortalecer a educação de jovens e adultos no país e torná-la uma política de Estado, a fim de erradicar o analfabetismo no país. A LDB apresenta dois artigos que falam exclusivamente da EJA, os artigos 37 e 38. O artigo 37 da LDB apresenta a quem a EJA é destinada:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. § 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. § 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. (Art. 37 da LDB/96).

De acordo com Catelli (2013), no § 1º parágrafo do artigo 37 é afirmado que cabe aos sistemas de ensino assegurar a gratuidade para jovens e adultos na escola, o que hoje acontece, porém ainda se espera que os interesses e condição de vida dos alunos seja levado mais em consideração por parte dos professores e gestão escolar. Já o § 2º refere-se ao papel do poder público de viabilizar a permanência e o acesso do trabalhador na escola, o problema aqui é como conseguir isto sem ter uma articulação com a escola e a empresa que o jovem/adulto trabalha.

Em conformidade com Bispo; Faria; Garcia (2020), a principal ponto a se destacar neste artigo é a diminuição de idade para realizar os exames, que era de 18 anos para o nível fundamental e passa a ser de 15 anos, e de 21 anos para o nível médio que passa a ser de 18 anos, isto facilita o acesso dos alunos a modalidade da EJA, porém acaba gerando um problema, pois pode acontecer de um aluno ser reprovado várias vezes na escola e acabar desistindo de frequentá-la para esperar a idade de entrar na EJA e poder realizar exames de conclusão dos níveis de ensino, isso pode acabar prejudicando a qualidade de sua escolarização.

Segundo Dourado (2013), a partir do que já foi apresentado é possível destacar que a constituição de 88 torna a educação uma obrigação básica do Estado e direito de todos os cidadãos inclusive a quem não teve acesso a ela na idade certa, porém ainda de forma muito aberta, por isso a LDB vem para preencher esta lacuna da constituição em relação a educação de adultos, deixando claro que “Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas...”, assim apoiado na constituição, LDB e outras leis a Educação escolar passa a ser também um direito de jovens e adultos que não puderam por variadas circunstâncias estudar na idade certa, torna-se também uma obrigação do Estado ofertar a EJA.

Segundo Neres; Gonçalves; Araújo (2020), com relação à legislação específica para a EJA, o Portal do Ministério da Educação mostra em seu sítio eletrônico que desde 2000 até o ano de 2013, diversos pareceres e resoluções foram implementados, com objetivos e finalidades:

- Dispor, estabelecer, reformular e reexaminar as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (Parecer CNE/CEB nº 11/2000; Resolução CNE/CEB nº 1; Parecer CNE/CEB nº 36/2004; Parecer CNE/CEB nº 29/2004);
- Incluir a EJA como alternativa para a oferta da Educação Profissional Técnica de nível médio de forma integrada com o Ensino Médio (Parecer CNE/CEB nº 20/2005);
- Atualizar as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional técnica de nível médio (Resolução CNE/CEB nº 4);
- Instituir e reexaminar Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos - EJA em relação à duração dos cursos e idade mínima para o ingresso na EJA; a EJA desenvolvida por meio da educação a distância; idade mínima e certificação nos exames de EJA (Parecer CNE/CEB nº 23/2008; Parecer CNE/CEB nº 6/2010; Resolução CNE/CEB nº 3);

Além disso, há a Resolução/CD/FNDE nº 51, de 15 de dezembro de 2008, que estabelece critérios voltados, principalmente, para a apresentação, seleção e apoio financeiro a projetos que visem a produção de materiais pedagógicos, de caráter formativo e apoio didático para a EJA e a formação de professores, coordenadores e gestores da EJA.

De acordo com Marquez; Godoy (2020), seu principal objetivo é transferir, em caráter suplementar, recursos financeiros para estados e municípios visando a ampliação da oferta de vagas na educação fundamental de jovens e adultos. Além disso, esses recursos também são utilizados para a aquisição de livros didáticos, contratação temporária de docentes e formação continuada de professores.

Segundo Dourado (2013), o FNDE também é responsável pelo financiamento do PNLD-EJA (Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos). Esse programa ampliou o atendimento proposto pelo PNLA - Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização na EJA, incluindo o primeiro e o segundo segmentos dessa etapa da educação. Possui como principal objetivo distribuir obras e coleções de qualidade para alfabetizando do Programa Brasil Alfabetizado e estudantes da EJA das redes públicas de ensino.

Segundo Lemes (2013), o Programa Brasil Alfabetizado (PBA) é desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC), desde o ano de 2003. Está voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos, além da formação de alfabetizadores, visando universalizar o acesso à educação. Assim, o PBA passou a atuar integrado ao Brasil Sem Miséria, oferecendo apoio

técnico no estabelecimento e garantia da continuidade dos estudos de jovens, adultos e idosos, com o foco voltado para uma educação que possa combater as desigualdades socioeconômicas.

Em nível distrital, o DF conta com o programa DF Alfabetizado, um programa do Governo do Distrito Federal - GDF, que visa tornar todo o território distrital alfabetizado até o ano de 2014. Outro programa desenvolvido pelo Ministério da Educação é o Proeja Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Ele busca integrar a educação profissional à educação básica, para superar a dualidade entre trabalho manual e trabalho intelectual, concebendo o trabalho em sua perspectiva criadora e não alienante (Marquez; Godoy, 2020).

3 PERCURSO METODOLÓGICO

O recorte teórico bibliográfico do estudo envolveu os dados a respeito da educação de jovens e adultos nos últimos cinco anos, ou cinco censos (o que for mais recente), tendo em vista que este recorte temporal se relaciona diretamente com a implementação da nova Base Nacional Comum Curricular (2017).

Inicialmente foi realizada uma revisão documental abrangendo os temas: “escolaridade de jovens e adultos” e/ou “dados estatísticos EJA” e/ou “dados educacionais do Brasil”, com o objetivo de compreender como estes dados tem se comportado ao longo dos últimos anos, e como as políticas educacionais foram refletidas em números, de fato. A revisão documental forneceu embasamento teórico para a divulgação dos principais dados encontrados e discussão destes dados.

Foram consultados dados divulgados pelo IBGE e Ministério da Educação e Cultura (MEC) em seus respectivos sites institucionais, analisando-se gráficos, considerações, tabelas e resumos de dados, além disto, notas à imprensa e demais notícias publicadas nestas páginas governamentais.

A técnica e análise de dados aplicada nesse trabalho foram a interpretativa, que objetiva “organizar e sumariar os dados, de forma tal, que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação” (Gil, 2002, p. 156). Além disso, Vergara (2004, p. 59), a interpretação tem por intuito conceder um “(...) sentido mais amplo aos dados coletados, fazendo parte entre eles e o conhecimento existente”.

Segundo Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa pode ser considerada um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento técnico ou científico, e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdade parciais". É mais do que procurar a verdade, mas descobrir respostas para perguntas ou soluções para os problemas levantados, por meio do emprego de métodos científicos.

O autor ainda coloca que, a pesquisa bibliográfica trata-se do levantamento, seleção e documentação de toda bibliografia já publicada sobre o assunto que está sendo pesquisado. Nesse sentido, foram analisadas diversas obras bibliográficas, entre elas, livros, revistas, periódicos, publicações, artigos que abordassem o tema escolhido.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Dados sobre o EJA em Minas Gerais

Diante da pesquisa realizada, entende-se que mesmo com toda a evolução do Direito que amenizou a forma como a EJA tem sido abordada, chegamos ao século 21 com problemas de anos atrás. As aulas deveriam ser mais atraentes e interessantes, pois os alunos já chegam na escola cansados, muitos deles trabalham. A tecnologia deveria ser usada para transformar essas aulas em aulas mais dinâmicas.

Segundo Dourado (2021) é preciso treinamentos necessários para que os professores possam atuar com a Educação de Jovens e Adultos, uma vez que somente por meio de uma formação adequada os professores podem socializar seus conhecimentos com os alunos de forma diferenciada.

O número de matrículas da educação de jovens e adultos (EJA) em Minas Gerais apresentou uma queda de 18,9% de 2015 a 2019, chegando a 250.168 matrículas em 2019. Em relação ao ano de 2018, o número de matrículas da EJA de nível fundamental caiu 15,7%. A EJA de nível médio apresentou uma redução de 22,9% em relação a 2018, como mostra o Gráfico 1

Gráfico 1 - Total de estudantes matriculados na EJA em Minas Gerais entre 2015 e 2019. 1'



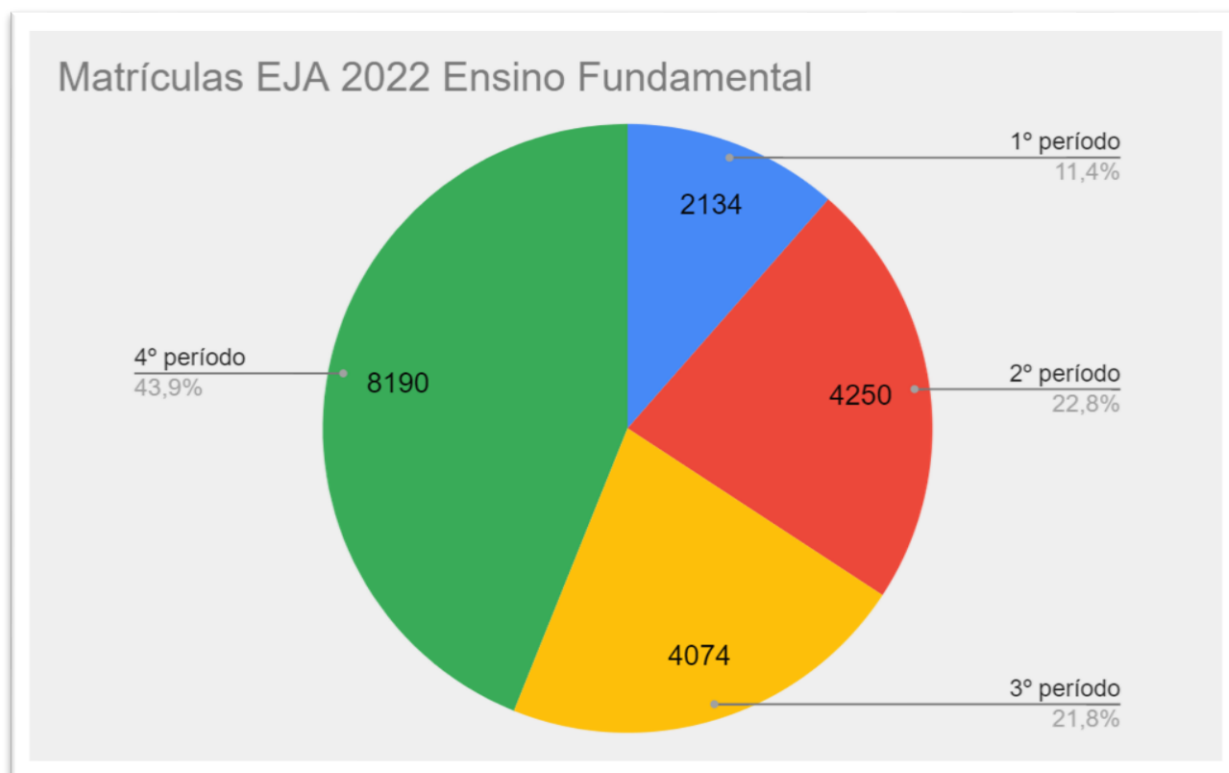
Fonte: Elaborado por DEED/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica (2019).

Conforme se pode observar no gráfico anterior, com a aquisição de conhecimentos promovida pela educação, o aluno passará a ser autossuficiente em seus próprios pensamentos, questionando o que lhe é imposto, com ampla visão das questões sociais, além do desejo de atingir níveis mais elevados, arriscando a estabilidade da pirâmide social. A formação profissional é indiscutível, quando se trata de diversas possibilidades, no processo de aprendizagem para oferecer a quem busca essa modalidade de ensino, e é preciso estar preparada para trabalhar com Educação de Jovens e Adultos.

Logo, podem-se ressaltar esses dados pelo fato de que em 2021 houve mudanças na Educação de Jovens e Adultos (EJA) ofertada na rede estadual de ensino. Com o fortalecimento da modalidade para atender às necessidades e realidades dos estudantes, o número de matrículas aumentou de 165 mil, em 2020, para 179 mil, em 2021. O número de escolas que ofertam a EJA também foi ampliado de 1.040 para 1.488, distribuídas entre 597 municípios. O conjunto de ações voltadas para o aperfeiçoamento da proposta foi denominado de EJA Novos Rumos.

A EJA Novos Rumos é focada no protagonismo do estudante e reconhece as vivências e trajetórias dos jovens e adultos. Além disso, a proposta busca valorizar e promover o engajamento dos profissionais. Ao longo do último ano, muitas ações foram consolidadas e refletiram positivamente na oferta do ensino, como mostra o Gráfico 2.

Gráfico 2 - Número de Matrículas na EJA em toda Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais em 2022/2023



Fonte: Painel Gerencial (2023)

A partir do trabalho realizado pelo Grupo de Trabalho composto por servidores das Superintendências Regionais de Ensino (SREs) e por professores que atuam na Educação de Jovens e Adultos – em escolas regulares, nas inseridas em Unidades Prisionais, APACs e em Centros Estaduais de Educação Continuada (CESECs), foram realizados, em 2021, seis seminários regionais e um seminário estadual, onde foram apresentadas boas práticas realizadas nas unidades de ensino e discutidos diversos pontos que envolvem a modalidade.

Também em 2021, foram realizados dois webnário tendo como público-alvo a rede estadual de ensino. O 1º Webnário EJA Novos Rumos teve como objetivo apresentar o contexto atual do programa, seu funcionamento e as novas propostas, além de engajar os profissionais da educação e mobilizar a comunidade escolar para que mais estudantes pudessem se matricular na EJA. Já no 2º Webnário EJA Novos Rumos: Trajetórias e Saberes,

foram compartilhadas trajetórias e experiências relacionadas à Educação de Jovens e Adultos. Ambos os vídeos no Youtube contam com aproximadamente 35 mil visualizações.

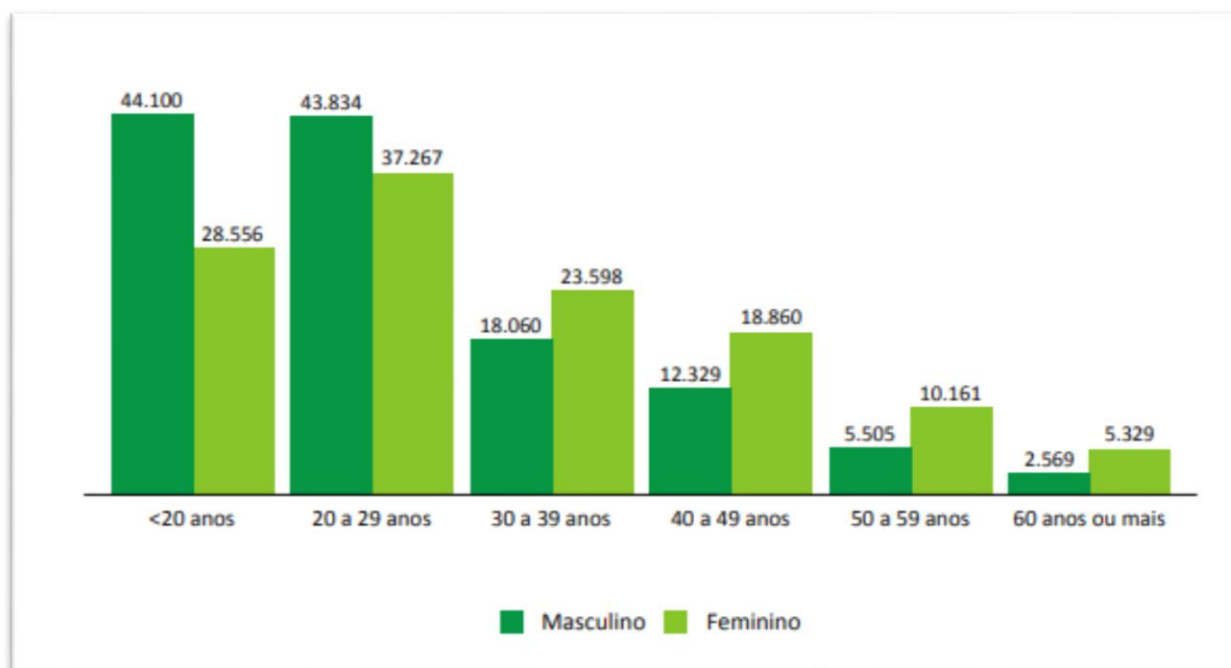
Também foi elaborado o Caderno Pedagógico EJA Novos Rumos, que subsidia o trabalho do professor. Além disso, está em fase de conclusão um documento com as Diretrizes Pedagógicas da EJA, que será divulgado neste ano.

Em parceria com a Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional e de Educadores de Minas Gerais, foi ofertado o curso “Trilha Pedagógica EJA Novos Rumos”, que consiste em uma série de formações voltadas para os educadores que atuam na rede estadual de ensino. Até o final de 2021, mais de 15 mil profissionais concluíram a formação. Para este ano, a previsão é que sejam abertas novas turmas.

Outra ação voltada para os alunos da EJA foi a prioridade na participação em cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC). O curso FIC tem a finalidade de capacitar, aperfeiçoar e atualizar o estudante que deseja entrar ou retornar ao mundo do trabalho de maneira rápida e eficiente.

A educação de jovens e adultos (EJA) é composta predominantemente por alunos com idade entre 20 a 29 anos, que representam 32,4% das matrículas. Nessa mesma faixa etária, os estudantes do sexo masculino são maioria, representando 54,0% das matrículas, como é possível verificar no Gráfico 3.

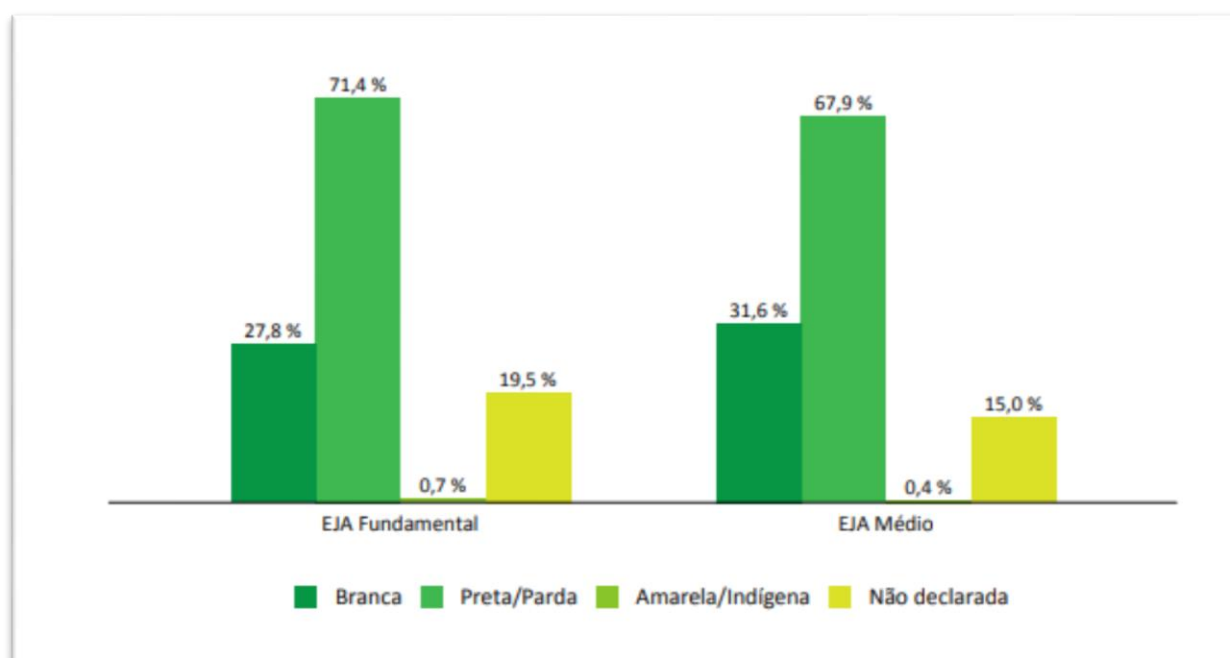
Gráfico 3 – Total de matriculado por sexo em Minas Gerais em 2019.



Fonte: Elaborado por DEED/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica (2019).

Em relação à cor/raça, percebe-se que os alunos identificados como pretos/pardos representam 71,4% da EJA de nível fundamental e 67,9% da EJA de nível médio em relação à matrícula dos alunos com informação de cor/raça declarada. Os alunos declarados como brancos representam 27,8% da EJA de nível fundamental e 31,6% da EJA de nível médio, Gráfico 4.

Gráfico 4 – Total de estudantes matriculados em Minas Gerais por raça em 2019.



Fonte: Elaborado por DEED/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica (2019).

De acordo com Aquino (2021) as sucessivas reprovações, a distorção idade-série, assim como a progressão sem a garantia de aprendizado escolar esperado são fatores de abandono e de evasão. Assim como ocorre nas situações de reprovação e distorção idade série, o abandono escolar também incide mais sobre determinados grupos sociais ou sobre estudantes com características específicas. Crianças e adolescentes indígenas são as que mais deixaram a escola em 2020. Além disso, são mais meninos do que meninas.

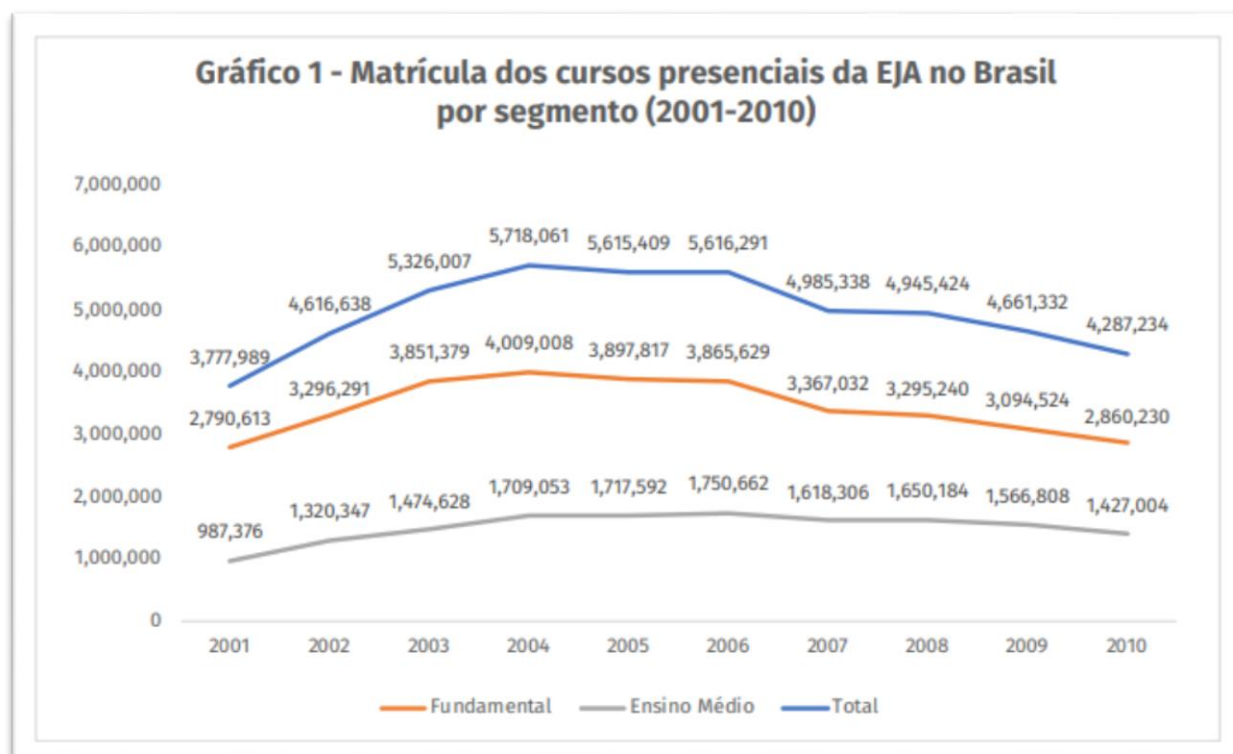
As taxas de abandono escolar também apresentaram quedas expressivas em 2020, primeiro ano da pandemia da Covid 19, como registrado no Painel das Desigualdades. É possível que essa redução seja resultado do prolongamento do ano letivo, ocorrido em alguns estados e municípios, visando acolher as diferentes condições de acesso ao ensino remoto de

estudantes e suas famílias, tudo isso, levou a grandes diferenças se comparado com dados coletados até o ano de 2010, como mostra o Gráfico 5.

4.2 Dados sobre o EJA em âmbito nacional

No âmbito da SECAD foi redesenhada a Comissão Nacional de Alfabetização, criada em 2003 juntamente com o Programa Brasil Alfabetizado, passando a ser denominada como Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA), que teria representantes dos governos subnacionais, da sociedade civil, dos fóruns de EJA e dos movimentos sociais relacionados à educação de jovens e adultos, que deveriam contribuir na construção de uma política para a modalidade. Nesse contexto, observa-se, entre 2001 e 2006, uma tendência geral para o Brasil de crescimento da matrícula nos cursos de EJA, e desde então queda contínua, com uma redução mais acentuada a partir de 2007 (11%) e em 2010 (8%).

Gráfico 5 – Total de matriculados no EJA no Brasil



Fonte: INEP (2010).

A distorção idade-série expressa o resultado das muitas reprovações, de abandonos escolares e de novas tentativas de permanência e sucesso, num ciclo que se retroalimenta. Nessa situação encontram-se as(os) estudantes que estão pelo menos dois anos acima da idade

considerada ideal em relação ao ano ou série escolar. Em 2020, eram quase 6 milhões dentre as(os) matriculadas(os).

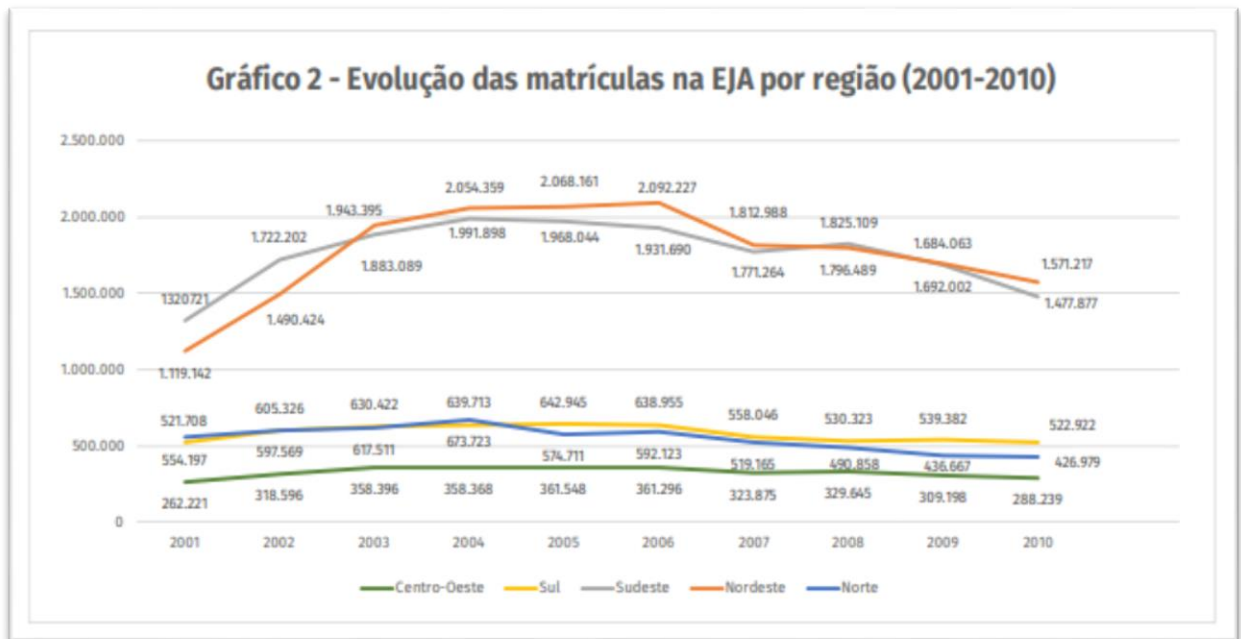
Essa barreira educacional está associada, também, às desigualdades de cor/raça, de gênero e de deficiência, acompanhando os indicadores de reprovação e abandono. São indígenas as(os) estudantes que mais sofrem com a distorção idade-série, seguidas(os) por pretas(os) e pardas(os), como se verifica no Painel das Desigualdades.

Não existe lei ou portaria, nacional ou subnacional, sobre os critérios para reprovação que definem se a estudante ou o estudante, ao final do ano letivo, irá cursar o ano ou a série seguinte ou se ficará retida(o), refazendo o mesmo percurso. A exceção está em todo o período da educação infantil (LDB 9394/1996) e, em algumas redes de ensino, nos anos de alfabetização. Muitas vezes a reprovação é entendida como uma forma de coerção para que a(o) estudante se dedique mais aos estudos, outras como a oferta de maiores possibilidades de aprendizagem pela mais extensa exposição da(o) estudante aos conteúdos escolares.

Embora inúmeros estudos revelem a ineficácia e a ineficiência da reprovação como medida pedagógica, esse mecanismo persiste e, além de incidir negativamente sobre a autoestima das pessoas, produz altos custos financeiros para as redes de ensino. O Censo Escolar de 2020, registra uma expressiva queda nas reprovações, como se verifica no Painel das Desigualdades. No entanto, é preciso considerar que a pandemia da Covid 19 impediu as atividades presenciais e estados e municípios seguiram as recomendações do Conselho Nacional de Educação evitando as reprovações (Parecer nº 11, de 07 de julho de 2020).

Destaca-se que, seguindo a série histórica da reprovação escolar no Brasil, em 2019 havia mais de 2 milhões de estudantes reprovadas(os), o que corresponde a quase 8% do total de matriculadas(os). A situação se agrava quando se trata das populações residentes em áreas de assentamentos, de quilombos ou terras indígenas. Estudantes vivendo nesses territórios reprovaram, em 2019, acima da média nacional, como apontou estudo Enfrentamento da Cultura do Fracasso Escolar, realizado por Cenpec/ Unicef em 2021, o que geram realidades distintas dos dados coletados até o ano de 2010, como mostra o Gráfico 6.

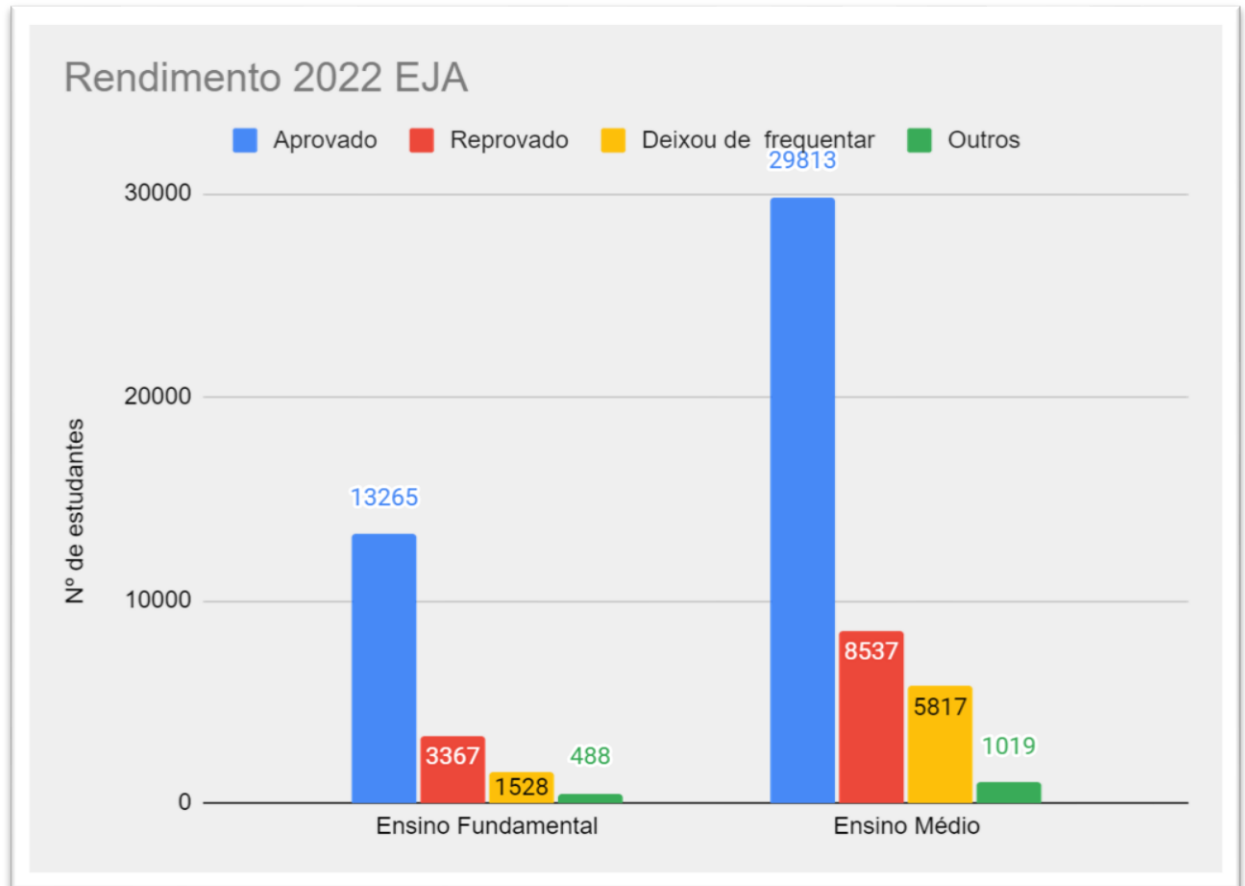
Gráfico 6 – Evolução de matrículas na EJA por região



Fonte: INEP (2010).

Os dados sobre as matrículas da EJA no Ensino Fundamental e Ensino Médio no Brasil indicam que a proporção das matrículas no Ensino Médio cresceu progressivamente ao longo do período. Em 2002, o Ensino Médio representou 27% das matrículas na EJA, e em 2010, 33%. Isso significa que, ainda que as matrículas no Ensino Médio também estejam diminuindo, elas caem mais lentamente do que as do Ensino Fundamental, Gráfico 7.

Gráfico 7 – Rendimento dos alunos da EJA



Fonte: Painel Gerencial (2023)

Nesse sentido, diante dos dados apresentados, observa-se que, o problema da evasão na Juventude e a educação de adultos não é local ou regional, mas um problema nacional e histórico. Assim, os motivos são: Falta de segurança; Localização da escola; Gestão escolar; Professores; Falta de projetos; O interesse dos alunos em permanecer no ambiente escolar; Empregos; Gravidez; e Falta de interesse dos alunos.

Além disso, um dos principais motivos de esvaziamento das salas é a localização da escola. Ademais, os locais mais distantes do centro da cidade recebem, conseqüentemente, menos atenção da administração pública e atendimento ao público de menor renda. Isso, adicionado ao público pobre, à iluminação e falta de policiamento, resultando em aumento da criminalidade.

Para tanto, a falta de segurança é um fator agravante que contribui diretamente para os alunos a abandonarem a escola, devido à sua localização na periferia, longe dos olhos da administração pública, incidência de roubos relatados pelos alunos nas proximidades e a falta de iluminação pública contribui para esses crimes.

Entre tantas questões sociais que de alguma forma interferem ou impedem os alunos da EJA de adquirir educação, quando procuram instituições de ensino de sua própria vontade, a fim de aprimorar seus conhecimentos, o mínimo que poderia ser oferecido a eles é a qualidade na educação, visando os níveis mais elevados de conhecimento.

5 PLANO DE INTERVENÇÃO

Em que intervir?	O problema dos jovens e adultos que abandonaram o sistema educativo ultrapassa os limites físicos da escola e torna-se um problema social. Para compreender melhor o problema e encontrar a solução mais adequada, é necessário primeiro entender o motivo da evasão e abandono dos mesmos.
Por que intervir?)	Para fazer um diagnóstico e assim encontrar soluções para amenizar este cenário, é importante compreender porque é que os jovens não frequentam a escola.
Para que intervir?	A Educação de Jovens e Adultos (EJA) enfrenta diversos desafios em diferentes partes do mundo. Esses desafios podem variar de acordo com o contexto socioeconômico, cultural e político de cada região, mas alguns são comuns globalmente, fazem-se necessárias intervenções para que possamos sanar tais desafios.
Como intervir?	<p>Dessa forma, diante dessa pesquisa, pode-se colocar como intervenção uma formação continuada para os docentes da EJA, que tem como foco a formação dos professores para que sejam capazes de entender a realidade vivida pelos alunos dessa modalidade, que em muitos casos, são pessoas que já estão a anos fora da sala de aula. Com isso, a escola e corpo docente deverá ter a capacidade de adaptar a grade curricular visando a melhor vivência e adaptabilidade desses alunos. Nesse sentido, caberá um maior acompanhamento e monitoramento pelos ANE das SREs SEE e Equipe Gestora da Proposta Pedagógica, planos de curso e planos de aula.</p> <p>Qualificação dos professores é de suma importância</p> <p>Professores que trabalham na EJA precisam ser qualificados para lidar com a diversidade de experiências e necessidades dos alunos adultos. Métodos de ensino que</p>

	<p>envolvam a participação ativa e respeitem as diferenças individuais são essenciais.</p> <p>Devemos adaptar o currículo de forma que atendam às necessidades específicas dos jovens e adultos. É crucial oferecer programas que sejam relevantes para suas vidas, levando em consideração suas experiências e conhecimentos prévios.</p> <p>Ainda devemos extinguir o analfabetismo e baixa escolaridade prévia:</p> <p>Muitos jovens e adultos que buscam a EJA enfrentam analfabetismo funcional ou têm uma escolaridade prévia muito baixa. Isso pode dificultar o processo de aprendizagem e requer abordagens pedagógicas específicas.</p> <p>Amenizar a desigualdade socioeconômica, pois a EJA muitas vezes lida com alunos que enfrentam condições socioeconômicas desfavoráveis. A falta de recursos financeiros, acesso a materiais didáticos e condições inadequadas de vida podem impactar negativamente a participação e o desempenho dos estudantes.</p> <p>Precisamos motivar e conscientizar, pois alguns alunos da EJA podem não estar motivados para continuar a educação devido a experiências negativas anteriores na escola, pressões econômicas ou falta de conscientização sobre a importância da educação para suas vidas.</p> <p>Flexibilizar horários e locais de ensino, muitos adultos na EJA têm responsabilidades familiares e profissionais. A flexibilidade nos horários e locais de ensino é fundamental para garantir que eles possam conciliar suas vidas cotidianas com o compromisso educacional.</p> <p>Reconhecimento e validação social é importante, pois em algumas culturas, a EJA pode enfrentar estigmas sociais. É importante reconhecer e valorizar a educação de adultos, destacando seus benefícios para a sociedade como um todo.</p>
--	---

	<p>Disponibilização de tecnologia e acesso à internet, visto que a crescente importância da tecnologia na educação pode representar um desafio para adultos que não têm familiaridade com dispositivos eletrônicos ou acesso confiável à internet. Isso pode criar disparidades no acesso à informação.</p> <p>Faz-se necessário a articulação com o mercado de trabalho:</p> <p>Integrar a EJA com oportunidades de emprego e treinamento profissional é crucial para garantir que os adultos tenham as habilidades necessárias para o mercado de trabalho.</p> <p>Necessita-se de Financiamento suficiente, muitas vezes programas de EJA sofrem com falta de financiamento, o que pode impactar a qualidade dos materiais didáticos, a formação de professores e a infraestrutura das instituições.</p>
Quando intervir?	A modalidade de Educação de Jovens e Adultos é semestral, sendo assim faz-se necessário a cada início do ano letivo.

Futuras investigações poderão esclarecer algumas inconsistências observadas nos resultados dos estudos, sejam no campo do conhecimento, em estudos de particularidades, trajetórias escolares, demandas e processos de aprendizagem e representações em que concernem aos alunos da EJA.

Fazem-se necessários estudos futuros da BNCC; CRMG; Documentos Orientadores da SEE/MG, entre outros, com a finalidade de compreender as abordagens da modalidade em questão nos referidos documentos e adequação do ensino para a Educação de Jovens e Adultos.

Estudos futuros sobre os desafios encontrados pela EJA requer uma abordagem holística, envolvendo políticas públicas, instituições educacionais, comunidades e os próprios

alunos adultos. A compreensão das necessidades específicas desses alunos e a implementação de estratégias inovadoras são essenciais para superar os obstáculos e promover uma educação inclusiva e eficaz.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos estudos analisados e relacionados com a temática do ensino EJA no Brasil, demonstrou-se resultados importantíssimos relativos ao ensino aprendizagem, do ensino contextualizado, práticas pedagógicas, bem como a importância da permanência do aluno da EJA no ambiente escolar.

Os resultados encontrados mostram que o direito à educação continua a ser violado e que a restauração do direito à educação é ainda mais importante na situação atual. Olhando para a série histórica, vemos que o número de matrículas nesta modalidade tem vindo a diminuir sistematicamente, devido a uma diminuição sistemática do investimento público. É urgente a necessidade de desenvolver políticas públicas que atendam as populações da EJA de diferentes formas e compreendam suas especificidades. Nas últimas décadas, tornou-se claro que investir no ensino primário não é a única solução. Precisamos refletir sobre quais os grupos mais desfavorecidos, e desenvolver uma agenda integrada de práticas e estratégias educativas eficazes.

A EJA constitui-se um amplo campo de pesquisa e requer investimentos, principalmente, para que superemos efetivamente o seu caráter compensatório ou suplementar, como vimos no decorrer do seu processo histórico. Durante esse processo, especialmente no Brasil, a Educação de Jovens e Adultos foi progressivamente conquistando seu espaço, tanto em relação à legislação quanto às políticas públicas e discussões acerca da temática.

Dessa forma, é necessário que esta modalidade de ensino incorpore a identidade prevista na legislação e defendida por pesquisadores e educadores. A importância de se investir na educação de jovens e adultos no Brasil reside, primeiramente, no reconhecimento dessas pessoas como sujeitos de um direito universal que, em virtude de situações de desigualdades, lhe foi negado no passado e que ainda hoje, em alguns locais, seja de difícil acesso.

Na medida em que a sociedade passa a ter acesso à educação exerce um direito que dá margem a conquista de outros direitos. Tem a possibilidade de construir um novo olhar sobre o mundo, especialmente considerando sua realidade, e reconstruindo as possibilidades de vida. Isto implica em admitir que esse direito só se efetivará universalmente, quando reconhecidas e acolhidas, as especificidades daqueles que estão à mercê desta realidade.

Ressalta-se que a contextualização deve ser planejada e sistematizada de forma que o ensino não se restrinja a uma dimensão utilitarista. Foi observado que os estudos que enfocam

a compreensão das disciplinas da EJA ainda são poucos quando comparados a outros temas relacionados a esse tipo de ensino. Assim, entende-se que ainda há um campo de investigação a ser explorado por pesquisadores da área.

No decorrer da pesquisa foi identificado que associar os conteúdos abordados em sala de aula com a realidade do estudante, ou seja, a contextualização, contribui para o melhor entendimento dos alunos em relação aos conteúdos, e possibilita que estes alunos vivenciem efetivamente as aulas ministradas, resultando em uma aprendizagem mais efetiva, já que, a realidade dos alunos da EJA se difere da modalidade de ensino regular.

Com base em correntes teóricas que embasaram essa produção, acredita-se que o ensino EJA, considerando suas especificidades, pressupõe os pensamentos que contribuem com a valorização e reconhecimento dos saberes da vida dos alunos e torna sua conscientização possível, com base em objetos de sua própria realidade. Esses dados permitem afirmar que a produção sobre as disciplinas da EJA é interdisciplinar. Na interface com outras áreas, torna-se um referencial teórico sobre os alunos da EJA.

Foi verificado também que a falta de propostas curriculares, bem como a necessidade de uma melhor capacitação de professores para essa modalidade de ensino, contribui para o esvaziamento das salas de aula. A evasão escolar é um dos maiores obstáculos no desenvolvimento do aluno jovem ou adulto, que é levado a abandonar a escola devido a diferentes fatores, tanto interno, quanto externo.

Este problema deve ser tratado com seriedade, para que o futuro dos estudantes ou mesmo o próprio programa de educação de jovens e adultos não seja cancelado por falta de alunos e/ou projetos que almejam a garantia de permanência na instituição de ensino, já que a incidência de evasão na idade jovem e adulta é um problema nacional e histórico.

Portanto o referido trabalho conceituou os princípios pedagógicos da modalidade de ensino na Educação de Jovens e Adultos;

Ainda identificou diversos indicadores relacionados ao EJA, abordando os dados sobre a evolução do EJA no Brasil e em Minas Gerais diante das políticas públicas;

Salientamos a realidade dos alunos da EJA e como deve-se aplicar a metodologia dos docentes e por último ressaltamos a necessidade da urgência na elaboração de políticas públicas voltadas para a modalidade de ensino.

REFERÊNCIAS

AQUINO, D.C.C. et. al.; **Evasão e permanência de estudantes da EJA: interface com o mercado de trabalho**. Brazilian Journal of development. v.07, n.02, p.18399-18933, 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/admin, 506.pdf>. Acesso em 10 Jul. 2023.

AQUINO, Yara. **DF recebe Selo de Território Livre de Analfabetismo**. EBC Agência Brasil [online], 2014. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/201405/DF%20recebe%20selo%20de%20territ%C3%B3rio%20livre%20do%20analfabetismo>. Acesso em: 12 Jul. 2023.

BISPO, S.V.S.; FARIA, E.M.S.; GARCIA, E.E.B. **Políticas públicas de educação de jovens e adultos: entre o ideal e o real**. Revista Retratos da Escola. Brasília, v. 15, n. 32, p. 305-320, 2021. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1245>. Acesso em 12 Jul. 2023.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **LDB passo a passo: Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional lei nº 9394/96 comentada e interpretada, artigo por artigo**. 4. Ed. Ver. E ampl. Editora AVERCAMP, São Paulo, 2010. p. 102-104.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em 10 Jul. 2023.

BRASIL. **Decreto nº. 7031 de 6 de Setembro de 1878**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7031-a-6-setembro1878-548011-publicacaooriginal-62957-pe.html>>. Acesso em: 10 Jul. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 11 Jul. 2023.

BRASIL. PNAD Educação 2019: **Mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio**. Agência IBGE Notícias (2020). Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio>. Acesso em 20 Jul. 2023.

BRASIL. **PNAD Educação 2022**. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_media/ibge/arquivos/8100b5c6e47300b5b9596ced07156eda.pdf. Acesso em 21 Jul. 2023.

CATELLI, Roberto. **Censo Escolar 2013: Matrículas na Educação de Jovens e Adultos registra queda de 20%. Ação Educativa [online] Educação de Jovens e Adultos**, 2013. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/index.php/educacao/50-educacao-de-jovens-e-adultos/10004807-censo-escolar-2013-matriculas-na-educacao-de-jovens-e-adultosregistra-queda-de-20->>> Acesso em: 20 Jul. 2023.

DOURADO, Alex da Silva Dourado. **Fatores estruturais das políticas de EJA que impactam na permanência e nas interrupções do percurso escolar dos alunos de EJA**.

2013. 83 f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) —Universidade de Brasília, Universidade Aberta do Brasil, Carinhanha-BA, 2013.

DOURADO, D.L.O.; ROCHA, A.K.L.T.; MORAIS, C.B. et al. **Direito à educação: a invisibilidade da EJA na BNCC**. Revista de Políticas Públicas e Gestão Educacional (POLIGES). v. 2, n. 1, 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/poliges/article/view/8489>. Acesso em 12 Jul. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia – saberes necessários à prática educativa**. 29 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

GADOTTI, M. (2014). **Por uma política nacional de educação popular de jovens e adultos. Moderna; Fundação Santillana**. Ministério da Educação (MEC). (2018). Base Nacional Comum Curricular. Educação Infantil e Ensino Fundamental. República Federativa do Brasil. <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em 20 Jul. 2023.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

LEMES, Julieta Borges. **Itinerário formativo no PROEJA transiarte de Ceilândia – DF: Uma elaboração a partir das significações e indicações de estudantes da educação de jovens e adultos**. Autores associados, Campinas, 2013. p. 23-48.

MARQUEZ, N.A.G.; GODOY, D.M.A. **Políticas públicas para educação de jovens e adultos: em movimento e disputa**. Revista Educação Popular. v. 19, n. 2, p. 25-42, 2020. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/51940>. Acesso em 12 Jul. 2023.

MOURA; V.L.P.S.; SERRA, M.L.A.A. **Educação de jovens e adultos: as contribuições de Paulo Freire**. Universidade Católica Dom Bosco (Pós Graduação- Trabalho de Conclusão de Curso). Disponível em: https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol_33_1426693042.pdf. Acesso em 10 Jul. 2023.

NERES, E.A.; GONÇALVES, M.C.; ARAÚJO, N.A. **Educação de jovens e adultos no Brasil: contradições entre políticas públicas e qualidade educacional**. Revista on line de Política e Gestão Educacional. v. 24, n. 3, p. 1524-1540, 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/14163>. Acesso em 12 Jul. 2023.

PEDRALLI, Rosângela; RIZZATTI, Mary Elizabeth. **Evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos: problematizando o fenômeno com enfoque na cultura escrita**. RBLA, Belo Horizonte, 2013. p. 771-778. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-63982013000300005&script=sci_arttext. Acesso em: 10 Jul. 2023.

PEREHOUSKEY, N.A.; DIAS, EL.P.; BARROS, R.D.A. **Educação e escola e a trajetória da educação de jovens e adultos**. Revista Percurso - NEMO Maringá, v. 5, n. 2, p. 133- 151,

2013. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/49534-Texto%20do%20artigo-751375172424-1-10-20131214.pdf>. Acesso em 10 Jul. 2023.

PEDROSO, Sandra Gramilich. **Dificuldades encontradas no processo de educação de jovens e adultos**. In: I Congresso Internacional da Cátedra Unesco de Educação de Jovens e Adultos, 2010, João Pessoa. Jovens, Adultos e Idosos: os sujeitos da EJA. João Pessoa: EDITORA UNIVERSITÁRIA UFPB, 2010. Disponível em: <http://www.catedraunescoeja.org/GT05/COM/COM019.pdf>. Acesso em: 10 Jul. 2023.

PEREIRA, Luciana Rodrigues. **Reflexões sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil: relatos de experiência**. 2011. Monografia (licenciatura em Pedagogia) – Universidade de Brasília. Brasília, 2011.